

Boletim

**ENCCLA**

**Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**

#### **Nº 14 – Maio/2015**

Nos dias 13 e 14 de maio foi realizado o *Seminário Nacional do Projeto Bidal Brasil*, para discutir investigação patrimonial, administração e destinação de bens apreendidos e perdidos. O projeto *Bienes Incautados y Decomisados en America Latina –Bidal*, trata-se de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC). Coordenado pela OEA, o projeto consiste em consultoria técnica sobre administração e destinação de ativos de origem ilícita.

Durante o evento, que contou com a presença de especialistas nacionais e internacionais, foi apresentado o diagnóstico situacional do país relativo à administração e destinação de bens apreendidos. Do Brasil, participaram representantes do denominado Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), composto por órgãos que tem relação com o tema, de forma a incrementar a troca de experiências e boas práticas. A partir das experiências internacionais e do diagnóstico apresentado, o grupo será responsável por formular proposta de aprimoramento do sistema nacional de gestão de bens apreendidos e confiscados.

*Secretaria Executiva*



**Curtas**

#### **Calendário de reuniões da ENCCLA**

**1º/jun - 3ª reunião da Ação 11.** Coordenador: RFB. Participam: ABIN, Ajufe, AMB, ANPR, BB, Bacen, Caixa, CNMP, COAF, Concpc, DPF, Febraban, MPF, MPRJ, MPSP, MRE, PCRS e Susep. Local: RFB, 14h30

**1º/jun - 3ª reunião da Ação 3.** Coordenador: CGU. Participam: Ajufe, ANPR, BB, CADE, Caixa, Câmara dos Deputados, CGM-SP, CGU, CNMP, COAF, CVM, Febraban, FPCC-RS, MD, MPF, MPRJ, PGFN, RFB, SRJ/MJ e TCU. Local: DRCl, 9h

**1º/jun - 4ª reunião da Ação 4.** Coordenador: CGU. Participam: Ajufe, AMB, Câmara dos Deputados, Bacen, CNMP, CNJ, DPF, FPCC-RS, MPF, MPPR, MPRJ, SLTI/MPOG e TCU. Local: CGU, 14h30

**02/jun - 3ª Reunião da Ação 9.** Coordenador: COAF. Participam: AJUFE, AMB, ANPR, Bacen, CNJ, CVM, DPF, MPF, PCSP, RFB, SOF/MPOG e Susep. Local DRCl, 9h30

**02/jun - 3ª Reunião da Ação 7.** Coordenador: ABIN e COAF. Participam: AJUFE, Bacen, CNMP, CVM, DPF, GNCOC, GSI, MD, MPF, MRE, PCSC, RFB, Rede-Lab, Senad/MJ e Susep. Local, ABIN, 15h

**09/jun - 4ª Reunião da Ação 10.** Coordenação: Bacen. Participam: ABIN, AGU, ANPR, Ajufe, AMB, COAF, CVM, DEEST/MJ, DPF, GSI/PR, MD, MPF, MRE, Susep e RFB. Local: BACEN, 14h30

**10/jun - 2ª Reunião da Ação 6.** Coordenador: Coordenador: TCU. Participam: ADPF, AGU, Ajufe, AGU, Anape, Atricon, CADE, CGU, CVM, DPF, GNCOC, MD, MPF, MPRS, Rede Lab, RFB e STC-DF. Local: TCU, 14h30

**10/jun - 3ª Reunião da Ação 15.** Coordenador: CNJ. Participam: CNMP, Ajufe, AMB, CJF, CGU, GNCOC, Concp, DPF, TCU, PCRS, PCSP, PCSC e SLTI/MPOG. Local: DRCl, 14h30

**11/jun - 2ª Reunião da Ação 13.** Coordenador: DPF e MPF. Participam: Ajufe, ANPR, Bacen, COAF, Concp, CVM, DREI/SMPE, PCRS e RFB. Local: DRCl, 14h30

**15/jun - 3ª Reunião da Ação 8.** Coordenador: RFB e CVM. Participam: AGU, Ajufe, Bacen, BB, Caixa, DPF, Febraban, MPF, MRE, PGFN e Susep. Local: Banco do Brasil, 14h30.

## Ações Enccla 2015

# Matérias

## CGU – Controladoria Geral da União

### **Foco da CGU é na prevenção e no combate à corrupção, afirma ministro**

*Valdir Simão falou sobre Lei Anticorrupção em seminário ocorrido na manhã desta quinta-feira (7), em São Paulo*

07/05/2015 - Após apresentar os pontos de aplicação da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), na manhã desta quinta-feira (7), em seminário em São Paulo, o ministro da Controladoria-Geral da

União (CGU), Valdir Simão, ressaltou a importância do aperfeiçoamento da gestão pública no combate à corrupção.

"A gestão pública, quando tem mecanismos de controle, diminui a possibilidade da prática de atos de corrupção, pois eleva a percepção de risco de quem quer praticar ato lesivo. E as pessoas acabam percebendo que não vale a pena, pois serão identificadas e punidas", destacou o ministro da CGU.

Sobre eventuais acordos de leniência a serem firmados pela Controladoria, o ministro destacou a importância e o compromisso em seguir a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU).

"As empresas que manifestarem interesse em fechar acordo de leniência também manifestam interesse em cooperar. A leniência é baseada na Lei Anticorrupção e a multa só é possível de aplicação após a vigência da legislação atual em vigor", ressaltou.

*Assessoria de Comunicação CGU*

## **CGU – Controladoria Geral da União**

### **Servidores da CGU no Rio Grande do Norte recebem treinamento sobre combate à lavagem de dinheiro**

*Curso foi ministrado por representantes do Ministério Público, Ministério da Justiça, COAF e PF*

06/05/2015 - Os servidores da Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte (CGU-Regional/RN) participaram, de 27 a 30 de abril, do Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Ministério Público do Estado. O curso faz parte do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD).

Idealizado para explorar de modo integrado as iniciativas de capacitação e treinamento dos órgãos participantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) (entre os quais a CGU está inserida) o curso inaugura a criação de uma comunidade de aprendizado contra a lavagem de dinheiro não limitada pelo espaço físico, geográfico ou temporal e caracterizada pela flexibilidade, interligada e complementar.

Membros do Ministério Público do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, servidores do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União ministraram diversas palestras sobre instrumentos de combate ao crime. Entre os temas abordados, estão técnicas especiais de investigação, inteligência financeira, técnicas de

investigação financeira, integridade no Setor Privado, combate à corrupção em licitações e contratos públicos e recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime.

Os servidores da CGU-Regional/RN que participaram do evento elogiaram a escolha de temas ligados ao trabalho desenvolvido pelo órgão no combate à corrupção. Foi conclusão unânime entre os participantes que os melhores resultados - nos quais foi possível efetivamente identificar e punir os autores do crime e recuperar pelo menos parte do dinheiro desviado - foram alcançados graças à união de esforços e cooperação entre os órgãos fiscalizadores.

*Assessoria de Comunicação CGU*

### **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**

#### **GAFI/FATF publica novos comunicados**

*Ofício-Circular da CVM informa lista de jurisdições com deficiência no combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo*

As Superintendências de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI) e de Relações com Investidores Institucionais (SIN) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgam o Ofício-Circular CVM/SMI/SIN/Nº02/2015.

O documento, disponível no site da Autarquia, informa a publicação de novos comunicados do GAFI/FATF (Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo), sobre países e jurisdições que, na avaliação do organismo, possuem deficiências estratégicas na prevenção da lavagem de dinheiro e no combate ao financiamento do terrorismo.

A divulgação deste Ofício e dos comunicados do Grupo decorre de articulação do Núcleo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo da Superintendência Geral (SGE) da CVM com a SMI e a SIN. A medida propicia, aos participantes do mercado, o acesso a subsídios atualizados no indispensável e constante processo de racionalização e monitoramento das operações dos seus clientes.

Os comunicados foram publicados no dia 27/02/2015, após reunião plenária daquele organismo, e posteriormente no site do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), e podem ser consultados por meio dos links abaixo:

- <https://www.gestaocoaf.fazenda.gov.br/links-externos/comunicado-do-gafi-de-27-de-fevereiro-de-2015>
- <https://www.gestaocoaf.fazenda.gov.br/links-externos/aprimorando-a-observancia-global-ald-cft-processo-continuo-27-de-fevereiro-de-2015>

*Assessoria de Comunicação Social (ASC)  
Comissão de Valores Mobiliários*

## **CGU da Paraíba participa de seminário sobre leis Anticorrupção e de Lavagem de Dinheiro**

*Evento acontece nesta quinta-feira (07) no Centro Cultural Ariano Suassuna, no TCE-PB*

06/05/2015 - A unidade regional Controladoria-Geral da União na Paraíba (CGU-Regional/PB) participará do seminário “Aspectos das Leis Anticorrupção e da Lavagem de Dinheiro nas Organizações” nesta quinta-feira (07). O auditor Rodrigo Márcio Medeiros Paiva, proferirá palestra representando a CGU no evento, que acontecerá no Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), em João Pessoa, capital do Estado.

O seminário busca promover o debate dos temas ligados ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro na perspectiva de especialistas da área, empresários, gestores, colaboradores e profissionais em geral. O Programa Paraibano da Qualidade, organizador do seminário, espera que a iniciativa auxilie a difundir e discutir as leis de combate à corrupção nas organizações públicas e privadas, com enfoque especial para as responsabilidades administrativas e judiciais dos gestores.

A programação prevê palestras e debates sobre as implicações das leis de combate à corrupção no Brasil:

**08h00** – Abertura

**09h00** – A Lei da Empresa Limpa

**Palestrante:** Rodrigo Márcio Medeiros Paiva – Analista de Finanças e Controle do Núcleo de Ações de Prevenção da CGU-Regional/PB

**10h15** – Os Desafios das Empresas no Ambiente Pós-Lei Anticorrupção

**Palestrante:** Karla Lini Maeji – Especialista em Direito Penal Empresarial e Compliance do escritório TozziniFreire

**13h30** – A prevenção e o combate à lavagem de dinheiro

**Palestrante:** Antônio Carlos Ferreira de Sousa – Diretor de Análise e Fiscalização do COAF.

**14h30** – As exigências da lei 6.913 – Lavagem de Dinheiro

**Palestrante:** José Augusto Viana Neto – Presidente do CRECI/SP

**15h45** – A Transparência como Ferramenta e Combate à Corrupção

**Palestrante:** André Carlo - Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da PB (TCE/PB) e Coordenador do Fórum de Combate à Corrupção (FOCCO)

**17h30** – Encerramento

*Assessoria de Comunicação CGU*

## **Tribunais cumprem 55% da meta de combate à corrupção no País**

**Brasília, 12/5/15** - O esforço da Justiça brasileira em reduzir a quantidade de processos de corrupção sem decisão judicial resultou no julgamento de cerca de 109,6 mil processos em 2014. São ações antigas que aguardam solução há pelos menos três anos – 20,8 mil delas relacionadas a improbidade administrativa e outras 88,8 mil, a crimes cometidos contra a administração pública. Identificar e julgar esses processos foram os objetivos da chamada Meta 4, compromisso assumido pelos presidentes dos tribunais brasileiros em 2013. A quantidade de processos julgados corresponde a 55,42% da meta, que era dar solução jurídica a 197,8 mil processos relativos a casos de corrupção distribuídos até 31 de dezembro de 2012.

Acesse aqui o relatório do cumprimento da Meta 4.

De acordo com os números divulgados pelo Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (DGE/CNJ), o segmento da Justiça que mais se destacou no cumprimento da Meta 4 foi o da Justiça Militar Estadual, que julgou 546 dos 564 processos distribuídos até 2012, cumprindo 96% do objetivo traçado. Desempenho semelhante teve o Superior Tribunal Militar (STM), com índice de cumprimento de 86%. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi o terceiro ramo com melhor resultado percentual, tendo alcançado 77% da meta ao julgar 7.577 dos 9.781 processos relativos a atos de corrupção.

Dona do maior passivo de ações dessa natureza (105 mil processos), a Justiça Estadual julgou praticamente metade (50,44%) do seu estoque de processos distribuídos até o fim de 2012. Dos 53.910 processos julgados, a maioria (39.701) era relacionada a crimes contra a administração pública. Os melhores desempenhos, em índices percentuais, foram dos Tribunais de Justiça do Amapá (TJAP) e do Acre (TJAC). “Reconhecemos que são dois tribunais de pequeno porte, em termos de volume de processos. É provável que a alta complexidade e a quantidade das ações penais tenham impedido melhor performance aos tribunais de médio e grande portes”, afirmou o conselheiro Gilberto Martins, coordenador da Meta 4.

A Justiça Federal conseguiu eliminar o segundo maior estoque (81 mil ações) entre os segmentos da Justiça da Meta 4, cumprindo 58% do objetivo. A exemplo do que aconteceu com os Tribunais de Justiça, o maior volume de ações julgadas também se referia a crimes cometidos contra a administração pública – 41 mil dos 68 mil processos distribuídos até o fim de 2012. “Pela relevância em reprimir ilícitos contra a administração, deve o Judiciário empenhar-se no julgamento destas ações”, conclamou o conselheiro Martins

**Histórico** – A Meta de combate à corrupção foi criada em novembro de 2012, durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. Originalmente nomeada Meta 18, recebeu seu nome atual no ano seguinte. O instrumento se tornou uma das primeiras iniciativas do Judiciário para priorizar o julgamento de ações relativas a práticas que lesam o patrimônio público e a administração pública.

Acesse aqui a definição das Metas Nacionais do Judiciário para 2014.

*Manuel Carlos Montenegro  
Agência CNJ de Notícias*

**Brasília, 17/4/15** - Reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizada no último dia 8/4 marcou o início da construção da metodologia que será usada para obter estatísticas sobre processos judiciais relacionados a corrupção e lavagem de dinheiro. Até o fim do ano, 15 órgãos integrantes da Enccla têm a atribuição de criar um meio eficiente para coletar e sistematizar dados relacionados a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro dos cadastros do Poder Judiciário.

Uma das primeiras tarefas do grupo, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será definir quais informações a respeito serão extraídas dos processos relacionados a esses dois crimes. De acordo com a conselheira Luiza Frischeisen, que participou da reunião, a Controladoria-Geral da União (CGU) já se comprometeu a informar quais dados serão necessários, segundo as convenções internacionais sobre corrupção e lavagem de dinheiro. O órgão tem a responsabilidade de responder pelo Estado brasileiro a respeito dessas convenções.

“A CGU vai estar em contato com o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ para nos informar quais são as exigências contidas nas convenções. Na próxima reunião do grupo, que ocorrerá em 13 de maio, avaliaremos que dados poderemos extrair dos sistemas de informação dos tribunais. Um dos dados que pode ser necessário extrair é a quantidade de denunciados e denúncias relacionados aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, por exemplo”, disse a conselheira.

Na fase de coleta de dados, as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) fornecerão informações relativas a classificação (tipo), movimentação e fases dos processos judiciais dessa natureza, além de seus respectivos temas e partes envolvidas. A avaliação do que será factível extrair dos dados prestados a partir dessa fonte de informações judiciais será feita em conjunto pelo CNJ e pelos membros do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas.

Para otimizar a sistematização das informações prestadas pelo Poder Judiciário, o grupo responsável pela Ação 15 também elaborará minuta de Resolução que institui o Módulo de Questionários do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário. A proposta da norma, que precisa ser avaliada e aprovada pelo plenário do CNJ antes de entrar em vigor, é que as unidades judiciárias de todo o País utilizem o meio virtual para prover informações quantitativas e qualitativas de processos relativos a corrupção e lavagem de dinheiro, mas também relacionadas a temas variados, como tráfico de pessoas, Lei Maria da Penha, conciliação e mediação, entre outros.

Atuação – Formada em 2003 para coordenar o esforço dos órgãos, entidades públicas e da sociedade civil que atuam na prevenção e no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, a ENCCLA estabelece anualmente ações pontuais. Em 2014, o CNJ participou no processo que culminou na criação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) e da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).

*Manuel Carlos Montenegro*  
*Agência CNJ de Notícias*

**CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público**

**CNMP integra I Encontro dos Movimentos de Combate à Corrupção**

05/05/2015 - O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participará do I Encontro dos Movimentos de Combate à Corrupção para discutir formas de interação nacional com órgãos de controle. O evento, promovido pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO/PB), será realizado em João Pessoa no período de 20 a 22 de maio.

Na oportunidade, o conselheiro do CNMP Fábio George Cruz da Nóbrega (foto) proferirá palestra sobre Cooperação para a Prevenção e o Combate à Corrupção. Também serão discutidos temas como transparência, Lei Anticorrupção, qualidade da aplicação dos recursos públicos, democracia, entre outros.

"O encontro tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências e atuações dos movimentos em diversos estados da federação, entre servidores dos órgãos de controle e a sociedade civil. Segundo informações obtidas, 23 unidades da federação já contam com movimentos similares de prevenção e combate à corrupção, seja com o nome de FOCCO, MARCCO ou de Rede de Controle, todos com ampla participação dos diversos ramos do Ministério Público."

A iniciativa da criação do FOCCO/PB decorreu da necessidade de engajar órgãos públicos e da sociedade civil no combate à corrupção e conscientizar a população da importância de denunciar supostas irregularidades em relação ao uso indevido de recursos públicos no Estado da Paraíba.

A atuação do Fórum conta com a participação de órgãos como o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Controladoria-Geral do Estado da Paraíba, Delegacia Regional do Trabalho, Delegacia da Receita Federal na Paraíba, Secretaria de Finanças do Estado da Paraíba, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Controladoria-Geral da União, Advocacia-Geral da União, Instituto Nacional de Seguridade Social, Superintendência da Polícia Federal na Paraíba, Procuradoria da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.

[Confira a programação completa.](#)

*Assessoria de Comunicação Social  
Conselho Nacional do Ministério Público  
Fone: (61) 3315-9424  
[ascom@cnmp.mp.br](mailto:ascom@cnmp.mp.br)  
Twitter: [cnmp\\_oficial](#)  
Facebook: [cnmpoficial](#)*

**CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público**

## **MP discute aperfeiçoamento do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro**

16/04/2015 - Será realizada nesta sexta-feira, 17 de abril, das 13h30 às 16h30, no auditório do Ministério Público do Estado Paraná (MP/PR), em Curitiba, mesa-redonda com o tema "Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro".

Participarão como expositores o procurador da República no Paraná, Deltan Martinazzo Dallagnol, que se notabilizou pela atuação na Operação Lava Jato; o procurador de Justiça do MP-PR Mateus Eduardo Siqueira Bertoncini, da Procuradoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público; o promotor de Justiça Eduardo Cambi, coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção; e o promotor de Justiça André Tiago Pasternak Glitz, integrante do Gaeco, de Curitiba.

O Grupo de Trabalho de combate à corrupção, transparência e controle social da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP) apoia a realização de amplo debate nacional, inclusive para buscar melhores alternativas à atuação do Ministério Público.

Fonte: [MP/PR](#).

Assessoria de Comunicação Social  
Conselho Nacional do Ministério Público  
Fone: (61) 3315-9424  
[ascom@cnmp.mp.br](mailto:ascom@cnmp.mp.br)  
Twitter: [cnmp\\_oficial](#)  
Facebook: [cnmpoficial](#)

[MJ - Ministério da Justiça](#)

## **Plataforma digital na internet irá receber propostas de combate à corrupção**

Brasília, 15/5/15 – O Grupo de Trabalho (GT) criado para agilizar processos judiciais e procedimentos administrativos de combate à corrupção irá receber propostas da sociedade por meio de uma plataforma digital na internet. O conteúdo inicial que irá abastecer os debates virá do resultado de quatro audiências públicas realizadas em capitais brasileiras com entidades representativas da sociedade civil. O último debate aconteceu nesta sexta-feira (15), em Brasília. A plataforma, que será nos moldes da mesma utilizada para a construção do Marco Civil da Internet, estará disponível para participação popular nas próximas semanas.

“A plataforma irá apresentar diversos eixos de consulta. Pretendemos ouvir especialistas, estudantes, professores, técnicos, todos que queiram apresentar sugestões”, declarou o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, que coordena os trabalhos do GT. Dentro de quinze dias será divulgado o endereço eletrônico, o mecanismo e a forma de participação.

### **Audiências públicas**

O secretário ressaltou que o balanço das audiências é positivo. Foram ouvidas várias entidades da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e entidades de representação de classe. As sugestões que acarretam mudanças legislativas serão encaminhadas ao Congresso. As propostas de mudanças administrativas poderão ser aplicadas pelas próprias instituições participantes do GT nos Poderes Judiciário, Executivo e Ministério Público. Os trabalhos do grupo devem terminar em julho.

O GT foi formado a partir da assinatura de acordo de cooperação, em 25 de março, entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério da Justiça (MJ), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**Ministério da Justiça**  
[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)  
[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr/)  
[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)  
[imprensa@mj.gov.br](mailto:imprensa@mj.gov.br)  
(61) 2025-3135/3315/3928

[MJ - Ministério da Justiça](#)

## **Especialistas discutem gestão de bens apreendidos**

Brasília, 12/5/15 – Começa nesta quarta-feira (13), no Ministério da Justiça, o Seminário Nacional sobre Administração de Bens Apreendidos. O objetivo do encontro é discutir, segundo os padrões internacionais, os marcos legais, regulatórios e operativos vinculados à figura da administração de bens apreendidos no Brasil. A iniciativa faz parte do Projeto de Bens Apreendidos na América Latina (Projeto Bidal).

As palestras serão feitas por especialistas em investigação patrimonial; apreensão e perdimento de bens de origem ilícita; extinção de domínio; medidas legislativas e institucionais que facilitam a venda e administração de bens sem prévia condenação penal; padrões e melhores práticas internacionais em matéria de perdimento; cooperação internacional para a recuperação de ativos; entre outros assuntos.

O Bidal é um projeto da Organização dos Estados Americanos (OEA), que oferece assistência técnica aos países interessados, por meio do estabelecimento de normas de boa gestão e transparência na administração de bens de origem ilícita, com o objetivo de propiciar que a gestão de tais bens ofereça o máximo de benefício.

O seminário é organizado pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), em colaboração com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCl/MJ) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Ministério da Justiça  
[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)  
[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr/)  
[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)  
[imprensa@mj.gov.br](mailto:imprensa@mj.gov.br)  
(61) 2025-3135/3315/3928

[MJ - Ministério da Justiça](#)

## **GT do combate à corrupção realiza em São Paulo, na segunda-feira, primeira de quatro audiências públicas**

**Brasília, 30/4/15** – O Grupo de Trabalho (GT) para agilização de processos judiciais e procedimentos administrativos relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público realiza, na próxima segunda-feira (4/5) em São Paulo, no auditório da OAB (Rua Maria Paula, 35, Centro), às 14h30, a primeira de quatro audiências públicas regionais para colher propostas da sociedade civil sobre o tema. O secretário Nacional de Justiça Beto Vasconcelos atenderá a Imprensa no local do evento.

Depois de São Paulo, o GT vai realizar audiências em Porto Alegre (8/5), Recife (11/5) e Brasília (15/5). O GT foi formado a partir da assinatura de acordo de cooperação, em 25 de março, entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério da Justiça (MJ), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O grupo vem se reunindo para debater propostas e criou o Fórum de Colaboradores, formado por associações de classe e outras entidades, e agora parte para as audiências públicas, com o intuito de colher propostas da sociedade civil. Além do Fórum de Colaboradores e das Audiências Públicas, a sociedade poderá colaborar com as discussões através de uma plataforma digital nos mesmos moldes da que foi criada para debater o Marco Civil da Internet, abrindo ainda mais a participação social.

### **Serviço**

Audiência Pública SP - agilidade e eficiência de processos e procedimentos de combate à corrupção e à impunidade

Data: segunda-feira, 04/05/2015

Horário: 14h30

Local: Auditório da Sede do Conselho Secional da OAB-SP

Endereço: Rua Maria Paula , 35 1º andar, São Paulo - Centro

*Ministério da Justiça*

[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr)

[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

[imprensa@mj.gov.br](mailto:imprensa@mj.gov.br)

(61) 2025-3135/3315

### **MJ - Ministério da Justiça**

## **GT de combate à corrupção irá ouvir entidades de classe e sociedade**

**Brasília, 14/4/15** – O Grupo de Trabalho (GT) anunciado pela presidenta Dilma Rousseff logo após o lançamento do Pacote Anticorrupção definiu as primeiras propostas e estratégias. Entre elas a ampliação do debate por meio da criação de um fórum de colaboradores, do qual farão parte associações de classe e a realização de audiências públicas em algumas capitais do País. O GT também estuda a criação de uma plataforma digital nos mesmo moldes da que foi criada para debater o Marco Civil da Internet.

Integram o GT representantes do Ministério da Justiça (MJ), Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A reunião de instalação do grupo, que aconteceu na última sexta-feira (10), contou com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos. O secretário destacou a importância do trabalho coordenado e articulado por instituições públicas. “É imprescindível ao debate e implementação de políticas públicas voltadas para o combate à corrupção e à impunidade”.

#### **Ministério da Justiça**

[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr)

[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

[imprensa@mj.gov.br](mailto:imprensa@mj.gov.br)

**(61) 2025-3135/3315/3928**

#### **MJ - Ministério da Justiça**

### **Brasil destaca medidas anticorrupção e leva pauta do fim da pena de morte no mundo**

**Brasília, 13/4/15** – Em discurso durante a Reunião de Alto Nível do 13<sup>a</sup> Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Penal, que segue até domingo (19), em Doha, no Catar, o Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Beto Vasconcelos, destacou que o Governo brasileiro tem cumprido medidas previstas em convenções da ONU para o combate à corrupção e ao crime organizado. O Secretário também defendeu a moratória e futura abolição da pena de morte no mundo.

Exemplos citados pelo secretário para combate à corrupção e ao crime organizado são a aprovação da Lei Anticorrupção, a nova legislação sobre a lavagem de dinheiro, a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Combate ao Crime Organizado, a criação do Controladoria-Geral da União e a articulação e parceria entre diversas instituições públicas na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Vasconcelos pontuou que esse conjunto de ações comprova que o País está na direção certa, e também que as instituições cumprem seu papel de controle, de forma independente e autônoma. “Muito foi feito no Brasil para o combate à corrupção, mas estamos cientes de que ainda há muito a ser feito”, disse.

Beto Vasconcelos reforçou o discurso da presidenta Dilma Rousseff, que destaca “a luta contra a corrupção e a impunidade como uma política do Estado brasileiro, implacável e contínua, e não como um momento especial na história do País”.

Lembrou também que a presidenta anunciou em março novas medidas para combater a corrupção e a impunidade, como a criminalização do chamado caixa 2 de campanha eleitoral e a facilitação para confisco e recuperação de bens provenientes da corrupção. Tais medidas foram debatidas e recomendadas em fóruns internacionais.

## **Cooperação**

A luta contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção depende de cooperação internacional e assistência jurídica mútua, disse o secretário. “O Brasil reafirma a necessidade de desenvolver a cooperação internacional, não só em matéria penal, mas também em processos cíveis e administrativos contra a corrupção”, salientou.

Reconhecendo a importância da delegação do Ministério Público Federal e da Justiça brasileira no Congresso da ONU, Vasconcelos frisou a necessidade reforçar a rede internacional de Autoridades Centrais, de melhorar os procedimentos de cooperação internacional e também de valorizar as redes de Polícias e dos Ministérios Públicos internacionais.

Tráfico de armas, reforço da segurança nas fronteiras, política nacional de luta contra o tráfico de pessoas, crimes na internet e revisão das regras mínimas para o tratamento de prisioneiros também foram destaque no discurso do Brasil durante o encontro.

## **Fim da pena de morte**

Beto Vasconcelos fez um apelo aos países para a continuidade das discussões sobre a moratória e futura abolição da pena de morte no mundo.

No discurso de abertura do encontro da ONU, ele enfatizou as políticas de prevenção como elementos centrais para combater o crime. “Em especial aquelas que promovem o desenvolvimento social e econômico, o respeito pelos direitos humanos e acesso à Justiça”, disse.

## **Salvador**

Os temas abordados durante a abertura do congresso já haviam sido discutidos durante o 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Penal, ocorrido em Salvador, em 2010. Desde então, o Brasil tem se debruçado e avançado nessas questões.

## **MJ - Ministério da Justiça**

### **Especialistas discutem gestão de bens apreendidos**

*Palestras serão feitas por especialistas em investigação patrimonial, apreensão e confisco de bens de origem ilícita*

12/05/2015 - Começa nesta quarta-feira (13), no Ministério da Justiça, o Seminário Nacional sobre Administração de Bens Apreendidos. O objetivo do encontro é discutir, segundo os padrões internacionais, os marcos legais, regulatórios e operativos vinculados à figura da administração de bens apreendidos no Brasil. A iniciativa faz parte do Projeto de Bens Apreendidos na América Latina (Projeto Bidal).

As palestras serão feitas por especialistas em investigação patrimonial; apreensão e perdimento de bens de origem ilícita; extinção de domínio; medidas legislativas e institucionais que facilitam a venda e administração de bens sem prévia condenação penal; padrões e melhores práticas internacionais em matéria de perdimento; cooperação internacional para a recuperação de ativos; entre outros assuntos.

O *Bidal* é um projeto da Organização dos Estados Americanos (OEA), que oferece assistência técnica aos países interessados, por meio do estabelecimento de normas de boa gestão e transparência na administração de bens de origem ilícita, com o objetivo de propiciar que a gestão de tais bens ofereça o máximo de benefício.

O seminário é organizado pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), em colaboração com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/MJ) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

#### **Ministério da Justiça**

facebook.com/JusticaGovBr

flickr.com/JusticaGovbr

www.justica.gov.br

imprensa@mj.gov.br

(61) 2025-3135/3315/3928

#### **PGR – Procuradoria-Geral da República**

### **MPF devolve à Petrobras R\$157mi desviados por Pedro Barusco**

Valores eram mantidos em contas secretas na Suíça e foram repatriados a partir do trabalho integrado do MPF, Polícia Federal, Receita Federal e Justiça Federal

O Ministério Público Federal (MPF) faz, nesta segunda-feira, 11 de maio, entrega simbólica de R\$157 milhões desviados pelo ex-gerente de Serviços da estatal Pedro Barusco, recuperados pela Operação Lava Jato por meio de acordos de colaboração premiada feitos pelo MPF. Os valores eram mantidos em contas secretas na Suíça e foram repatriados a partir do trabalho integrado do MPF, da Polícia Federal, Receita Federal e Justiça Federal.

Matéria na íntegra:

<http://noticias.pgr.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/mpf-devolve-a-petrobras-r-157mi-desviados-por-pedro-barusco>

Secom/PGR

61 3105-6891